

A DUPLA FACE DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E IRREVERSIBILIDADE DA TUTELA PROVISÓRIA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/15

Mônica Lúcia do Nascimento Frias

Professora e Juíza Federal Titular da Vara Federal de Colatina-ES

Resumo

Este trabalho teve o objetivo de estudar o papel da antecipação dos efeitos da tutela de mérito, prevista no artigo 294 do Código Processo Civil, mormente o seu requisito negativo, qual seja, a ausência de perigo de irreversibilidade dos efeitos do provimento, quando exista o perigo de irreversibilidade tanto para o autor como para o réu. Para alcançar esse propósito, sob o enfoque teórico-metodológico, buscou-se fundamento que será complementado ao longo da pesquisa, em doutrina especializada, na jurisprudência atual dos nossos tribunais, a partir da vigência do instituto. Verificamos ao final que para resolver o conflito entre os princípios da segurança jurídica e efetividade

Abstract

The objective of the present work is to study the anticipatory nuisance, which is prescribed by the article 294 of the Civil Procedural Law, specially its negative requirement, the non existence of risk of a decision that can't be undone, when the risk of inalterability exists for both parts involved. To achieve this goal, a theoretic methodological view was used, by research on specialized doctrine, and also on the cases already judged since the institute was born. We had in mind that, in order to solve the conflict between the principles of juridical security and effectiveness of the procedural law, it's important to use the technique of the balancing of test, that is a constitutional doctrine

deve ser aplicada a técnica da ponderação de interesses, tendo como critério o princípio da proporcionalidade para aferir-se qual decisão concretizará o valor dignidade da pessoa humana, afastando-se o interesse meramente patrimonial e privilegiando-se os direitos da personalidade.

Palavras-chave: Segurança - Tutela - Efetividade.

invoked when the damage to one's right is slight as compared with the injury offending the other party. This kind of doctrine must be used when the dignity of the human being is endangered to determine that the personal rights will prevail over patrimonial interests.

Keywords: Security - Requirement - Effectiveness.

1 Introdução

Segundo Alexandre Freitas Câmara tutelas provisórias são tutelas jurisdicionais não definitivas, fundadas em cognição sumária (isto é, fundadas em um exame menos profundo da causa, capaz de levar à prolação de decisões baseadas em juízo de probabilidade e não de certeza)¹.

O Código de Processo Civil de 2015 dedica seu livro V, as disposições gerais da tutela provisória, compreendida em tutela de urgência e tutela de evidência, regradas a partir do art. 294, e no art. 300, unifica os requisitos para concessão para concessão da tutela de urgência cautelar e antecipada.

O parágrafo terceiro do artigo 300 do Código de Processo Civil de 2015, da mesma forma que o parágrafo segundo do artigo 273 do Código de 1973, veda a concessão da antecipação da tutela de urgência, quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos práticos da decisão.

Para solucionar os casos de irreversibilidade dos efeitos da tutela provisória, em regra trata de hipóteses fundadas em antecipação da tutela, pois nestas é possível que ocorra perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão nos dois sentidos, ou seja, pode ser irreversível para o autor, como para o réu.

¹ CÂMARA, Alexandre Freitas. *O novo processo civil brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016, p. 155.

Nesse contexto, para solucionar esse impasse deverá o operador do direito se valer do princípio da proporcionalidade, que é um critério utilizado dentro da ponderação de interesses. A ponderação de interesses é considerada um postulado normativo² “método destinado a atribuir pesos a elementos que se entrelaçam, sem referência a pontos de vista materiais que orientem esse sopesamento.”³

A propósito, ressalta Humberto Ávila⁴ que a razoabilidade e proporcionalidade se diferenciam, pois a proporcionalidade atua mais no campo dos princípios no controle de medidas restritivas, e a razoabilidade é aplicada mais para afastar regras de casos concretos.

Neste contexto, para este doutrinador a razoabilidade teria como campo de aplicação as regras e a proporcionalidade seria aplicada para ponderar princípios.

No entanto, os termos razoabilidade e proporcionalidade têm sido empregados como conceitos fungíveis na França, assim como no Brasil.

Conforme Luis Roberto Barroso,⁵ em que pese se reconheça a diferença de origens e de conteúdo das expressões, tem a razoabilidade origem no devido processo legal do direito norte-americano, enquanto a proporcionalidade tem sua origem no direito alemão⁶.

² Postulados normativos “são normas imediatamente metodológicas, que estruturam a interpretação e aplicação de princípios e regras mediante a exigência, mas ou menos específica, de relações entre elementos com base em critérios.” ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 168.

³ ÁVILA, Humberto. Op. cit. p. 168.

⁴ “Com efeito, o exame de razoabilidade-equivalência investiga a relação entre duas grandezas ou entre uma medida e o critério que informa sua fixação. O exame de proporcionalidade investiga a relação entre a medida adotada, a finalidade a ser atingida e o grau de restrição causado aos direitos fundamentais atingidos. O exame da proibição de excesso analisa a existência da invasão no núcleo essencial de um princípio fundamental.” ÁVILA, Humberto. Op. cit. p. 165.

⁵ BARROSO, Luis Roberto. *O controle de constitucionalidade no direito brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 314-315.

⁶ “Para alguns doutrinadores, a proporcionalidade está imbricada à razoabilidade, enquanto desdobramento substantivo da cláusula do devido processo legal (*substantive due process*), entre nós positivada no inciso LIV do artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Para outros, a fonte do princípio da proporcionalidade residiria na cláusula síntese do Estado Democrático de Direito.” CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. Op. cit. p. 199.

2 A dupla face do princípio da proporcionalidade

Lênio Luiz Streck leciona, com muita propriedade, que o princípio da proporcionalidade possui uma dupla face, qual seja, proteção positiva e de proteção de omissões estatais, que tem sido afirmada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal⁷.

Por outro lado, autores como Celso Antonio Bandeira de Mello preferem não diferenciar razoabilidade de proporcionalidade, sob o argumento de que “o princípio da proporcionalidade não é senão uma faceta do princípio da razoabilidade”⁸.

Quanto ao fundamento normativo no nosso ordenamento jurídico destes princípios, tem prevalecido a posição do Min. Celso de Mello de que se encontra na cláusula do devido processo legal⁹, consagrada nos seus dois aspectos, substantivo e processual, nos

⁷ Trata-se de entender, assim, que a proporcionalidade possui uma dupla face: de proteção positiva e de proteção de omissões estatais. Ou seja, a inconstitucionalidade pode ser decorrente de excesso do Estado, caso em que determinado ato é desarrazoado, resultando desproporcional o resultado do sopesamento (Abwägung) entre fins e meios; de outro, a inconstitucionalidade pode advir de proteção insuficiente de um direito fundamental-social, como ocorre quando o Estado abre mão do uso de determinadas sanções penais ou administrativas para proteger determinados bens jurídicos. Este duplo viés do princípio da proporcionalidade decorre da necessária vinculação de todos os atos estatais à materialidade da Constituição, e que tem como consequência a sensível diminuição da discricionariedade (liberdade de conformação) do legislador’ (Streck, Lênio Luiz. A dupla face do princípio da proporcionalidade: da proibição de excesso (Ubermassverbot) à proibição de proteção deficiente (Untermassverbot) ou de como não há blindagem contra normas penais inconstitucionais. *Revista da Ajuris*, ano XXXII, nº 97, março/2005, p. 180)” STRECK, Lênio Luiz. *Verdade & consenso. Constituição, Hermenêutica e Teorias Discursivas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 231.

⁸ MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 1999, p. 68.

⁹ “A norma legal, que concede a servidor inativo gratificação de férias correspondente a um terço (1/3) do valor da remuneração mensal, ofende o **critério da razoabilidade que atua, enquanto projeção concretizadora da cláusula do substantive due process of law**, como insuperável limitação ao poder normativo do Estado. Incide o legislador comum em desvio ético-jurídico, quando concede a agentes estatais determinada vantagem pecuniária cuja razão de ser se revela absolutamente destituída de causa” (ADI 1.158-MC, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 29-12-94, DJ de 26-5-95). Grifo nosso.

incisos LIV e LV do art. 5º, respectivamente. *Due process of law*, com conteúdo substantivo – *Substantive due process* – constitui limite ao Legislativo, no sentido de que as leis devem ser elaboradas com justiça, devem ser dotadas de razoabilidade (*reasonableness*) e de racionalidade (*rationality*)¹⁰.

Por outro lado, há quem afirme que a proporcionalidade e razoabilidade têm como fonte normativa a cláusula geral de abertura do art. 5º, § 2º, CR, sendo estes princípios considerados direitos fundamentais implícitos. Todavia, autores como Carlos Roberto Siqueira Castro¹¹ afirmam que o princípio da proporcionalidade não está expressamente positivado em nossa Constituição Federal de 1988, mas na legislação infraconstitucional, no art. 2º da Lei nº 9.784/99.

Claro está que a proporcionalidade não está positivada expressamente na Constituição de 1988, mas possui *status* de princípio constitucional, conforme tem afirmado reiterada jurisprudência dos nossos Tribunais.

Sem embargo, há respeitável entendimento em sentido contrário do Min. Eros Grau do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que a razoabilidade, assim como a proporcionalidade, a razoabilidade é um postulado normativo da interpretação/aplicação do direito, não sendo possível aplicá-la como se princípio fosse, permitindo que o Poder Judiciário atue de modo a usurpar competência legislativa em afronta ao princípio da harmonia e equilíbrio entre os Poderes¹².

Com a devida vênia, entendemos correta a posição de Paulo Bonavides, no sentido de que fundamento normativo destes princípios é o postulado do Estado Democrático de Direito¹³ (CF,

¹⁰ ADI 1.511-MC, voto do Min. Carlos Velloso, julgamento em 16-10-96, DJ de 6-6-03.

¹¹ CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. *O devido processo legal e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade*. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 195.

¹² Informativo 425 ADI 2591/DF, Rel. Min. Carlos Velloso, 4.5.2006.

¹³ “No Brasil a proporcionalidade pode não existir enquanto norma geral de direito escrito, mas existe como norma esparsa no texto constitucional. A noção mesma se infere de outros princípios que lhe são afins, entre os quais avulta, em primeiro lugar, o princípio da igualdade, sobretudo em se atentando para a

art. 1º, *caput*) e com as consequências político-jurídicas que derivam da consagração constitucional do princípio republicano e da separação de poderes.

Em síntese, a proporcionalidade é o dever jurídico do intérprete e aplicador do direito buscar “sempre a almejada justa medida no trato intersubjetivo”, que Aristóteles em *Ética a Nicômacos*, já se referia como o meio termo¹⁴.

Segundo José Joaquim Gomes Canotilho,¹⁵ o princípio da proporcionalidade também é conhecido como princípio da proibição do excesso, desdobrando-se em três subprincípios, quais sejam, a adequação, necessidade ou exigibilidade e a proporcionalidade em sentido estrito.

Desta forma, o princípio da razoabilidade ou proporcionalidade permite ao Judiciário controlar atos legislativos ou administrativos, através da análise de seus três subprincípios.

Neste sentido, verifica-se primeiro se há adequação entre o fim almejado e o instrumento empregado (adequação); e segundo lugar se a medida é exigível ou necessária.

passagem da igualdade-identidade à igualdade-proporcionalidade, tão característica da derradeira fase do Estado do Direito. O princípio da proporcionalidade é, por conseguinte, direito positivo em nosso ordenamento constitucional. Embora não haja sido ainda formulado como ‘norma jurídica global’, flui do espírito que anima em toda a sua extensão e profundidade o § 2º do art.5º, o qual abrange a parte não-escrita ou não expressa dos direitos e das garantias da Constituição, a saber, aqueles direitos e garantias cujo fundamento decorre da natureza do regime, da essência impostergável do Estado de Direito e dos princípios que este consagra e que fazem inviolável a unidade da Constituição. Poder-se-á enfim dizer, a esta altura, que o princípio da proporcionalidade é hoje axioma do Direito Constitucional, corolário da constitucionalidade e cânone do Estado no quadro de juridicidade de cada sistema legítimo de autoridade. A ele não poderia ficar estranho, pois, o Direito Constitucional brasileiro. Sendo, como é, princípio que embarga o próprio alargamento dos limites do Estado ao legislar sobre matéria que abrange direta ou indiretamente o exercício da liberdade e dos direitos fundamentais, mister se faz proclamar a força cogente de sua normatividade”. BONAVIDES, Curso de Direito Constitucional. Op. cit. p. 434-436.

¹⁴ “(...) o justo é uma das espécies do gênero ‘proporcional...proporcional é um meio termo... (de modo que) a injustiça é excesso e falta, no sentido de que ela leva ao excesso e á falta”. ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 93.

¹⁵ CANOTILHO. José Joaquim Gomes Canotilho. *Direito Constitucional*. Coimbra: Almedina, 2002, p. 383.

Ou seja, se há meio alternativo menos gravoso para chegar ao mesmo resultado (necessidade/vedação do excesso) e, por fim, se há proporcionalidade em sentido estrito, ou seja, o que se perde com a medida é de maior relevo do que aquilo que se ganha (proporcionalidade em sentido estrito)¹⁶.

Assim, a proporcionalidade deve ser aferida sob três aspectos ou subprincípios da proporcionalidade. Destarte, uma norma ou ato administrativo será adequado quando atingir o fim almejado, exigível, por causar o menor prejuízo possível e proporcional, se produzir mais vantagens do que desvantagens¹⁷.

3 O requisito negativo da tutela provisória no Código de Processo Civil/15

Como vimos, o parágrafo terceiro do artigo 300 do CPC/15 prevê que o juiz concederá a antecipação da tutela verificando a presença de seus requisitos e desde que não sejam irreversíveis os efeitos fáticos do deferimento. Por conta disso, o requisito inexistência de perigo de irreversibilidade é denominado de “requisito negativo¹⁸” da antecipação da tutela.

Acerca do requisito negativo, o professor Alexandre Freitas Câmara¹⁹ nos explica com mestria:

“Trata-se de um requisito negativo: não se admite tutela de urgência satisfativa que seja capaz de produzir efeitos irreversíveis (art. 300, § 3º). É que não se revela compatível com

¹⁶ BARROSO, Luis Roberto. Op. cit. p. 315.

¹⁷ “A rigor a razoabilidade, tal como sua prima-irmã, a proporcionalidade (a escolha dos meios necessários e suficientes para atender aos fins, porém sem excessos de coerção, custos ou perdas), é antes uma técnica integrativa de interpretação jurídica do que princípio reitor de um sistema jurídico.” PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. *Controle judicial da administração pública: da legalidade estrita à lógica do razoável*. Belo Horizonte: Fórum, 2005, p. 49.

¹⁸ BUENO, Cássio Scarpinella. *Tutela antecipada*. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 63.

¹⁹ CÂMARA, Alexandre Freitas. Op. cit. p. 157.

uma decisão baseada em cognição sumária (e que, por isso mesmo, é provisória) a produção de resultados definitivos, irreversíveis. Pense-se, por exemplo, em uma decisão concessiva de tutela provisória que determinasse a demolição de um edifício ou a destruição de um documento. Pois em casos assim é, a princípio, vedada a concessão da medida.”

O parágrafo terceiro do artigo 300 estabelece que a mera possibilidade de um risco de irreversibilidade basta para a não concessão da antecipação dos efeitos da tutela. A expressão “irreversibilidade dos efeitos da decisão” deve ser entendida no sentido de irreversibilidade dos efeitos do provimento antecipado, ou seja, quando houver impossibilidade material de se voltarem às coisas ao estado anterior, a antecipação da tutela não será admissível²⁰. Todavia, a irreversibilidade não é a mera impossibilidade de indenização do réu.

Nesse sentido, José Carlos Barbosa Moreira²¹ ao analisar o parágrafo 4º do art. 273 do CPC/73, afirmava que este pressuposto negativo da antecipação de tutela não se refere ao provimento antecipatório, pois este é sempre revogável, eis que a antecipação, em seus efeitos processuais, é provisória e nunca poderá ser concedida se não comportar reversibilidade²².

É sabido que a decisão que conceder a antecipação de tutela é revogável, pois é proferida sem uma cognição exauriente que observa o devido processo legal, com o contraditório pleno no qual se formará a coisa julgada.

²⁰ “A irreversibilidade se traduz na impossibilidade material de se voltarem as coisas ao estado anterior. É preciso que o quadro fático, alterado pela tutela, possa ser recomposta. Irrelevante, para os fins em vista, é a circunstância de poder a irreversibilidade ser reparada em dinheiro.” MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela Antecipatória e Julgamento Antecipado*. Op. cit., p. 18.

²¹ MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Temas de Direito Processual*: oitava série. *Antecipação da tutela*: algumas questões controvertidas São Paulo: Saraiva, 2004, p. 82.

²² A irreversibilidade se traduz na impossibilidade material de se voltarem as coisas ao estado anterior. É preciso que o quadro fático, alterado pela tutela, possa ser recomposta. Irrelevante, para os fins em vista, é a circunstância de poder a irreversibilidade ser reparada em dinheiro.

Nesse sentido, se infere que a irreversibilidade exigida pelo legislador não diz respeito à antecipação da tutela como ato judicial que é reversível, pois pode ser substituída por outra.

Em outros termos, a reversibilidade exigida diz respeito aos fatos decorrentes do cumprimento da decisão e não a decisão em si mesma. Portanto, para que seja deferida a antecipação de tutela é necessário que os efeitos práticos produzidos por esta decisão sejam passíveis de retorno ao *status quo ante*.

São exemplos de medidas irreversíveis submeter uma menor à transfusão de sangue contra a vontade de seus pais, a apreensão de jornal que ofende a honra do autor, pois é nítida a irreversibilidade nos dois sentidos e a vedação da antecipação de tutela também causará efeitos irreversíveis²³.

Todavia, deve-se afastar o requisito negativo (parágrafo terceiro do artigo 300 do CPC/15), pois há casos em que está configurado o “*periculum in mora inverso*”, eis que há “irreversibilidade recíproca”, isto é, o indeferimento da tutela pode causar um dano mais grave do que o seu deferimento²⁴.

Entendemos que neste caso há um paradoxo, pois o juiz corre um risco ao deferir ou indeferir a antecipação de tutela, conforme sua expectativa de manter sua decisão no momento da sentença.

Ademais, como bem esclarece Eduardo José da Fonseca Costa, havendo irreversibilidade recíproca deverá o juiz sacrificar o direito improvável, pois “não há sentido em sacrificar o direito provável ameaçado pelo dano iminente em nome de uma possível, mas improvável, situação de irreversibilidade.”²⁵

²³ “Como antecipar a tutela em ação de alimentos de rito comum, se o réu, condenado provisoriamente a pagá-los, não estará obrigado a restituí-los, se o pedido, ao final vier a ser julgado improcedente, já que alimentos não se restituem, ainda que indevidamente pagos? Como antecipar a tutela em ação de despejo, se obtido o desalijo, o locatário, no caso de improcedência do pedido, não poderá reaver a posse direta do imóvel, que o locador, tão logo a conseguiu, apressou-se em alugar a outro inquilino?” MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela Antecipatória e Julgamento Antecipado*. Op. cit. p.17.

²⁴ CARNEIRO, Athos Gusmão. Op. cit. p. 88.

²⁵ COSTA, Eduardo José da Fonseca. Antecipação de Tutela. *Revista de Processo*, SP, 29 (115): 55-73, maio/jun. de 2004, p. 62.

Todavia, como toda decisão importa em risco, deverá o juiz “balancear os dois males para escolher o menor”²⁶, tendo como critério a técnica da ponderação de interesses, utilizando-se do princípio da proporcionalidade. Para Zavascki a falta de relativização do requisito negativo da antecipação da tutela comprometeria “quase por inteiro o próprio instituto da antecipação da tutela.”²⁷

Com efeito, assiste razão à Luiz Fux ao afirmar que o legislador foi acanhado ao prever o requisito negativo, desconsiderando a necessidade do ativismo judicial como postulado da efetividade processual. Nesse sentido, Luiz Fux adverte: “Não se atentou para o fato de que, na grande, maioria dos casos da prática judiciária, as situações de urgência que reclamam a antecipação da tutela geram, inexoravelmente, situações irreversíveis, porque encerram casos em que a satisfação deve ser imediata, como, *v.g.*, aquele em que é autorizada uma viagem, uma cirurgia, ou uma inscrição imediata em concurso etc.”²⁸

É verdade que não é possível se prever regras abstratas para resolver o conflito entre urgência da medida solicitada pelo demandante e a segurança jurídica do demandado, que impõe a reversibilidade dos efeitos gerados pela antecipação da tutela²⁹.

Por outro lado, a concessão da antecipação da tutela pode ser o único instrumento para assegurar o resultado útil do processo para o demandante. Daí, será necessário que o juiz encontre a solução para o conflito entre a efetividade e a segurança jurídica à luz do princípio da proporcionalidade, para que o núcleo essencial dos direitos fundamentais seja preservado.

Sem embargo, pode-se afirmar que o pedido de antecipação da tutela possa ser atendido, ainda que os efeitos fáticos da antecipação sejam irreversíveis, na medida em que a sua não-concessão, ou a sua falta, possa acarretar, em função dos interesses em jogo,

²⁶ MOREIRA, José Carlos Barbosa. Op. cit, p. 82.

²⁷ ZAVASCKI, Teori Albino. *Antecipação de Tutela*. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2007, p. 101.

²⁸ FUX, Luiz. *Curso de direito processual civil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 58.

²⁹ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias de urgência*. Op. cit. p.352.

prejuízo igualmente irreversível, violando direitos fundamentais concretizadores do valor dignidade da pessoa humana³⁰.

Assim, a solução para as hipóteses de irreversibilidade recíproca será recorrer ao princípio da proporcionalidade, com a ponderação do interesse de maior relevância para o direito no caso concreto³¹. Nesse caso, se os interesses em conflito forem de igual valor deve ser tutelado o direito mais provável³².

Em outras palavras, quando a concessão da antecipação da tutela for capaz de causar prejuízo irreversível ao direito do demandado, será necessário que o juiz leve em consideração os direitos em litígio. Por conseguinte, somente se justifica a possibilidade de relativização do requisito negativo da antecipação da tutela com a restrição do valor segurança assegurado ao demandado, quando imprescindível para salvaguardar direitos não-patrimoniais.

Referências

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

ALVIM, Rafael. *Tutela provisória no novo CPC*. Disponível em: <<http://www.cpcnovo.com.br/blog/2015/06/17/tutela-provisoria-no-novo-cpc/>>. Acesso: 22 jun. 2014.

³⁰ Cf. CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *Acesso à Justiça: juizados especiais cíveis e ação civil pública: uma nova sistematização da teoria geral do processo*. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 83.

³¹ “Caberá ao juiz, com redobrada prudência, ponderar adequadamente os bens e valores colidentes e tomar a decisão em favor dos que, em cada caso, puderem ser considerados prevalentes à luz do direito. A decisão que tomar, em tais circunstâncias, representará, no plano dos fatos, mais que antecipação provisória: será concessão ou denegação da tutela em caráter definitivo.” ZAVASCKI, Teori Albino. *Antecipação de Tutela*. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2007, p. 102.

³² “Privilegia-se em tal situação, o direito provável em prejuízo do improvável. Entretanto, impõe-se ao juiz, nessas circunstâncias, prover meios adequados a assegurar em maior grau possível a viabilidade de reversão, como, por exemplo, exigindo garantias reais ou fidejussórias, pelo menos para garantir a reparação de eventuais indenizações.” ZAVASCKI, Teori Albino. *Antecipação de Tutela*. cit., p. 101.

BARROSO, Luis Roberto. *O controle de constitucionalidade no direito brasileiro*. 6. ed. Saraiva, 2011. VitalBook file. Minha Biblioteca. <<http://online.minhabiblioteca.com.br/books/9788502170360>>.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias de urgência*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

_____. *A constituição aberta: temas políticos e constitucionais da atualidade*. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

BUENO. Cássio Scarpinella. *Tutela antecipada*. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. *Projetos de novo código de processo civil comparados e anotados*. São Paulo: Saraiva, 2014.

CANOTILHO. José Joaquim Gomes Canotilho. *Direito constitucional*. Coimbra: Almedina, 2002.

CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *Acesso à justiça: juizados especiais cíveis e ação civil pública: uma nova sistematização da teoria geral do processo*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *O novo processo civil brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. *O devido processo legal e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

COSTA, Eduardo José da Fonseca. Antecipação de tutela. *Revista de Processo*, SP, 29 (115): 55-73, maio/jun. 2004.

DIDIER JR., Fredie et al. *Curso de processo civil: introdução ao direito processual civil*. 17. ed. Salvador: Juspodivm, 2015. v. 1.

DIDIER JR., Fredie et al. *Curso de direito processual civil*. v. 2. 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2015.

FUX, Luiz. *Curso de direito processual civil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela antecipatória e julgamento antecipado. Parte incontroversa da demanda*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Temas de direito processual: oitava série. Antecipação da tutela: algumas questões controvertidas* São Paulo: Saraiva, 2004.

STRECK, Lênio Luiz. *Verdade & consenso. Constituição, hermenêutica e teorias discursivas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

ZAVASCKI, Teori Albino. *Antecipação de tutela*. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2007.